

## EDITORIAL

A sociedade está se organizando de forma mais complexa a cada dia e, naturalmente, os conflitos levados ao Poder Judiciário igualmente demandam conhecimentos que muito extrapolam o que se pode alcançar nos manuais de processo civil, penal ou nos esquemas de elaboração de despachos e sentenças. Há muito que as Escolas da Magistratura já não se restringem aos seminários, cursos e debates sobre leis novas ou sobre jurisprudência atualizada dos tribunais. Estes assuntos continuam relevantes, mas já não são suficientes.

A efetividade da justiça, na contemporaneidade, traz desafios em nível bem mais complexo à magistratura. Profissionais desse campo já não se satisfazem apenas em conhecer e interpretar textos, mas buscam melhor compreender os fenômenos sociais que resultam nos conflitos que chegam ao judiciário e, até mesmo, refletem e agem com intuito de prevenir conflitos.

Assim, tornou-se necessário propor e implementar uma política de pesquisa no âmbito da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) e avançar na produção de estudos, não só do Direito, mas de outras ciências que dialogam com as ciências jurídicas e muito importam aos sistemas de justiça. Já não é aceitável tratar o direito com visão míope e estritamente positivista e tão somente capaz de considerar o fato e a norma a ele aplicável de forma próxima; é preciso entender todo o contexto que depende de outros conhecimentos, outros saberes, algo que somente alcançaremos interagindo com outras ciências.

O ensino do Direito na graduação ou o aperfeiçoamento de magistrados e magistradas em suas escolas da magistratura devem, imperativamente, se afastar da visão fragmentada e que minimiza a importância das demais áreas do conhecimento.

É imprescindível trabalhar, no âmbito do judiciário, na perspectiva intersaberes, possibilitando a construção de aprendizagens abrangentes, decisões assertivas e congruentes com a realidade social. É urgente substituir a leitura dogmática e limitada [a apenas uma dimensão] pela compreensão mais ampla, pelo diálogo com as diversas perspectivas de conhecimento humano.

Entendemos que a formação permanente e a adoção de princípios científicos da pesquisa qualificarão, de modo mais consistente, os sistemas de justiça auxiliando-os a compreender melhor a sociedade e a apresentar adequadas e oportunas soluções aos seus desajustes e conflitos.

É neste contexto que a ESMAM lança a *Revista Interdisciplinar Justiça e Sociedade*, com o objetivo de criar um espaço de diálogo do direito com as diversas ciências consideradas imprescindíveis para

a efetivação da justiça.

Inauguramos, assim, esse nosso novo periódico científico, com um dossiê que aborda uma temática crítica, frequentemente tratada no âmbito do judiciário, e que nos exige reflexões e iniciativas prementes: a questão da violência de gênero.

Nossa carta de apresentação e o dossiê ora publicado é um primeiro passo sintonizado com a ideia de pluralidade de saberes. Pretendemos dar continuidade a essa iniciativa, abordando questões igualmente essenciais e criando condições para que autores e autoras, tanto do Judiciário do nosso estado, quanto das diversas instituições e territórios com os quais dialogamos (até mesmo, para além do Brasil), possam submeter seus artigos científicos e disponibilizá-los à comunidade.

Portanto, o momento é oportuno para leituras, reflexões, debates e mudanças de realidades. Esperamos que este seja um instrumento de auxílio à melhoria de práticas e ao aperfeiçoamento da Justiça, para que alcancemos uma sociedade equitativa, menos beligerante, mais justa e humanizada.

***Prof. Dr. Douglas de Melo Martins***

Juiz de Direito, Doutor em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas e Editor Gerente da Revista Interdisciplinar Justiça e Sociedade da Escola da Magistratura do Maranhão